
Livro de Atas

Conferências

Artigos

Relatos

Posters

VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Investigação, Práticas e Contextos em Educação 2017



**POLITÉCNICO
DE LEIRIA**

ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

Dina Alves

Hélia Gonçalves Pinto

Isabel Simões Dias

Maria Odília Abreu

Romain Gillain Muñoz

Orgs.

A literacia financeira e as necessidades de formação dos estudantes do ensino superior

Nuno Rainho

Tânia Santos

Marlene Sousa

Dina Tavares

ESECS, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

RESUMO

A literacia financeira tornou-se uma competência social para viver e prosperar na economia moderna, afetando a estabilidade económica e financeira individual e coletiva.

As decisões e riscos financeiros assumidos atualmente pela população jovem são muito mais desafiantes do que os assumidos pelas gerações antecessoras, fenómeno associado ao desenvolvimento e complexificação dos mercados financeiros, assim como ao cada vez mais fácil e precoce acesso a produtos e serviços financeiros. A título exemplificativo, os estudantes enfrentam hoje em dia decisões financeiras imediatas: a maioria já é consumidor de serviços financeiros, como contas bancárias com acesso a serviços de pagamento on-line (Lusardi, 2015). Com efeito, é de capital importância que a população jovem detenha conhecimentos financeiros que a ajude a tomar decisões financeiras complexas e que poderão vir a afetar as suas vidas no médio e longo prazo. Estudos realizados pela OCDE demonstram que a maior parte dos estudantes de países de variados níveis de desenvolvimento económico e financeiro demonstram possuir apenas competências básicas de literacia financeira, tais como diferenciar necessidades de desejos ou efetuar a comparação do valor dos bens baseada no preço por unidade (OECD, 2014). Por outro lado, a crise financeira de 2008 veio demonstrar que decisões financeiras mal informadas e inconsequentes (normalmente associadas à falta de literacia financeira) pode ter implicações dramaticamente negativas a nível individual e global (INFE/OECD 2009; OECD 2009). A literacia financeira é, portanto, verdadeiramente uma competência essencial para o século XXI (Lusardi, 2015).

A presente investigação visa analisar o nível de literacia financeira dos estudantes universitários. Nesse âmbito, foi aplicado um inquérito por questionário aos estudantes do 1º ano de diversos cursos, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, onde se procurou avaliar a compreensão de conceitos e fenómenos financeiros tais como: o impacto da inflação nos rendimentos, avaliação das condições de um empréstimo e de um depósito e conhecimento da diferença entre um cartão de débito e um cartão de crédito. O estudo tem ainda como objetivo sistematizar as necessidades de formação financeira consciencializadas pelos estudantes e confrontar os resultados obtidos relativos à literacia financeira dos estudantes com as necessidades de formação financeira que estes estudantes evidenciam.

Os resultados obtidos demonstram que os estudantes universitários não compreendem os conceitos e fenómenos financeiros de forma ampla e profunda e evidenciam consciência dos jovens relativamente às necessidades de formação na área financeira.

Palavras-chave: Literacia financeira, educação financeira, formação financeira.

ABSTRACT

Financial literacy has become a social competence to live and thrive in the modern economy, which influence individual and collective economic and financial stability.

Financial decisions and risks currently assumed by the young population are much more challenging than those assumed by the predecessor generations, a phenomenon associated with the development and the complexity of financial markets, as well as the increasingly easy and early access to financial products and services. As an example, students now face immediate financial decisions: most are already consumers of financial services, such as bank accounts with access to online payment services (Lusardi, 2015). In fact, it is of paramount importance that young people must have financial skills that will help them to take complex financial decisions that may affect their lives in

the medium and long term. OECD shows that most students from countries with various levels of economic and financial development have only basic financial literacy skills, such as differentiating needs and desires or comparing the value of goods based on unit price (OECD, 2014). On the other hand, the 2008 financial crisis has shown that misinformed and inconsequential financial decisions (often associated with lack of financial literacy) can have dramatically negative implications at the individual and global level. Therefore, financial literacy is truly an essential competence for the 21st century (Lusardi, 2015).

The present research aims to analyze the level of financial literacy of university students. In this context, a questionnaire survey was carried out and applied to students of the 1st year of the School of Education and Social Sciences of the Polytechnic Institute of Leiria, to evaluate their understanding of financial concepts and phenomena such as the impact of inflation on income, the evaluation of the conditions of a loan and a deposit and the knowledge of the difference between a debit card and a credit card. The study aims also to systematize students financial training needs and to compare the results obtained about students financial literacy with the financial training needs that these students perceive.

The results show that higher education students do not comprehend the financial concepts and phenomena in a broad and deep way and shows that young people are aware of the need for training in the financial area.

Keywords: Financial literacy, financial education, financial training.

CONTEXUALIZAÇÃO TEÓRICA

O sobre-endividamento, comumente definido como a incapacidade de reembolsar dívidas de forma estrutural, tornou-se cada vez mais um problema para a população portuguesa nos anos que se seguiram à crise de 2009. Em 2010, um em cada quatro domicílios, sentiu-se em risco de sobreendividamento e, em 2015, a insolvência pessoal representava mais dos dois terços do número total de insolvências.

Embora Portugal tenha implementado reformas significativas para cumprir as medidas de austeridade, o cumprimento de dívidas acumuladas continua a ser uma necessidade fundamental para os indivíduos, constituídas com o fim de facilitar o consumo ao longo do ciclo da vida. Assim, de modo a que os consumidores fiquem menos suscetíveis à rápida disseminação de produtos e serviços financeiros, há uma necessidade crescente de dotar os consumidores conhecimentos financeiros mais sofisticados, de modo a garantir uma maior responsabilidade e racionalidade nos comportamentos de consumo. Casagrande (2016), num trabalho realizado em colaboração com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), analisa a relação entre o nível de literacia financeira e a probabilidade de sobreendividamento das famílias que estão sob o apoio da DECO, com recurso a um instrumento que mede a literacia económica e financeira das famílias. A autora conclui que a literacia financeira tem um elevado impacto na probabilidade de sobreendividamento das famílias, pelo que sugere a implementação de diversos tipos de formação financeira que tenham em conta o nível educacional dos participantes.

Ainda na sequência dos efeitos nefastos da crise financeira da última década, “o sistema financeiro, pelos seus reflexos na saúde financeira das famílias e no crescimento económico de um país, carece de uma eficaz intervenção ao nível da inclusão financeira dos cidadãos” (Campina e Teixeira, 2017, p. 293). Desta forma, é importante as entidades supervisoras do sistema monetário (nacional, europeu e internacional) levem a cabo estudos sobre as causas e as consequências destes fenómenos, mas também que avancem com medidas que protejam os cidadãos do impacto dos fenómenos económicos e financeiros negativos para as suas vidas. Enquanto medida preventiva, a efetivação do acesso à educação poderá constituir-se enquanto estratégia basilar da sociedade. “Não basta realizar-se estudos, é preciso retirar dos seus resultados medidas úteis e seguras, com vista a uma maior educação financeira, que não é só um direito, mas uma obrigação.” (Campina e Teixeira, 2017, p. 293).

A OCDE e outras entidades internacionais têm vindo a revelar que a crise financeira de 2008 veio demonstrar que decisões financeiras mal informadas e inconsequentes (normalmente associadas à falta de literacia financeira) podem ter implicações dramaticamente negativas a nível individual e global (INFE/OECD 2009; OECD 2009).

Kalwijn, Alessie, Dinkova, Schonewille, van der Schors e van der Werf (2017) apresentam um trabalho que visa analisar os efeitos de curto prazo implementação de um programa de 45 minutos de

educação financeira na literacia financeira e nos comportamentos de poupança de alunos do quinto e do sexto ano inscritos em escolas primárias da Holanda. Entre os alunos do quinto e sexto ano, o programa levou a uma melhoria na literacia financeira em cerca de uma das oito questões, com aproximadamente um terço da melhoria atribuível ao programa. Também elevou a probabilidade de poupança para alunos do quinto ano em sete pontos percentuais, mas não gerou aumento significativo para os alunos do sexto ano. No geral, o programa parece ter sido principalmente efetivo para as questões explicitamente abordadas nos conteúdos programáticos. Observa-se também que os efeitos significativos do programa parecem ser mais visíveis na população do sexo feminino.

A investigação realizada por Maté, Kiss, Takács e Molnár (2016) analisa a auto-avaliação dos estudantes húngaros de economia da empresa, centrando-se no conceito de literacia financeira. Para o efeito, pretende-se perceber em que medida os alunos predizem e avaliam seu próprio desempenho em exames escritos comparando os resultados dessa avaliação com os obtidos da avaliação realizada externamente. Nas previsões pré e pós-exame, os alunos com melhores avaliações parecem prever e avaliar os resultados dos exames com mais precisão do que os seus companheiros com notas mais baixas. Embora não se evidenciem diferenças substanciais quanto ao género, as mulheres parecem menos propensas a sobreestimar seu conhecimento financeiro, após a realização dos exames. Este estudo pode ser importante para os decisores políticos, que, a partir dos resultados obtidos, poderão identificar necessidades potenciais em relação a características específicas da formação financeira e conseguirão perceber quais grupos de pessoas que necessitarão de mais apoio. Brønstrup e Becker (2016) apresentam um estudo de caso que visa compreender o efeito da inserção do ensino da Educação Financeira numa escola privada de ensino fundamental, situada integrada no município de Santa Maria, no Brasil. A disciplina de educação financeira foi inserida de forma transversal no currículo dos estudantes. O estudo revela que os alunos obtêm conhecimentos financeiros através de meios eletrónicos e também pelo trabalho realizado na escola. A comunidade académica considera que é importante a educação financeira, assim como terem consciência da necessidade de poupar e de ter uma vida financeira equilibrada, pois o “poupar de hoje refletirá na capacidade de conquistar algo almejado no futuro” (Brønstrup e Becker, 2016, p. 19).

A maioria dos estudos revela um impacto positivo da formação financeira no conhecimento financeiro dos indivíduos e das populações e na adoção de comportamentos de consumo responsáveis financeiramente. Ainda assim, Mandell e Klein (2009) concluem, a partir de um estudo realizado a 79 estudantes do ensino superior, que os jovens que realizaram um curso de gestão de finanças pessoais não evidenciavam mais conhecimentos financeiros do que os alunos que não realizaram esse curso. Além disso, os alunos que realizaram o curso não se auto-avaliavam como detentores de comportamentos mais orientados para a poupança nem para o equilíbrio financeiro, comparativamente com os seus companheiros que não realizaram o mesmo curso. Este estudo revela alguma incerteza acerca do real impacto de cursos de formação financeira junto de estudantes do ensino superior.

De acordo com Arthur (2016), a educação para a literacia financeira não pode ser encarada como uma resposta técnica, sem ligação às políticas públicas adotadas e que interferem em vários setores da sociedade (económico, social, demográfico, educacional, entre outros) e à responsabilidade financeira dos cidadãos. Deve, antes, ser vista como uma formação pública que visa resolver uma problemática particular da insegurança económica. Os autores defendem que se devem criar ações coletivas, não individuais, que ajudem os cidadãos a criarem soluções coletivas efetivas e éticas que, através da formação financeira, reduzam a atual distribuição desigual dos rendimentos.

METODOLOGIA

O estudo proposto visa conhecer o nível de literacia financeira e as necessidades de formação financeira dos estudantes universitários. Num estudo de caso, aplicado aos estudantes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL), pretende-se avaliar a respetiva compreensão dos conceitos e fenómenos financeiros comuns à rotina diária, decorrentes da vida em sociedade e identificar as necessidades de formação percecionadas pelos alunos.

O estudo desenvolveu-se tendo por base uma metodologia quantitativa, tendo sido recolhidos dados através de um inquérito por questionário aplicado aos estudantes matriculados no 1.º ano, no ano letivo 2016/17 e que participaram no seminário de educação financeira “Mesa Redonda – Já poupaste hoje”, realizado na ESECS-IPL em 31 de Outubro de 2016.

O inquérito foi elaborado tendo por base o *Global Financial Literacy Survey* da Standard & Poor's Ratings Services S&P Global FinLit Survey.

A estrutura do inquérito integra três partes: o perfil do inquirido; a literacia financeira, que inclui perguntas relativas ao impacto da inflação nos rendimentos, à avaliação das condições de um empréstimo e de um depósito e ao conhecimento da diferença entre um cartão de débito e um cartão de crédito; e necessidades de formação financeira consciencializadas pelos estudantes. O total de inquiridos foi de 378.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 378 inquiridos, 77,8% são do sexo feminino e 22,2% do sexo masculino, sendo a sua média de idade de 20,51 anos com idade mínima de 17 anos e idade máxima de 49 anos. Todos os inquiridos são alunos inscritos no primeiro ano da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais divididos percentualmente pelos seguintes cursos.

Tabela 1. Distribuição percentual dos estudantes pelos cursos

Curso	Porcentagem
Educação Básica	13,5
Desporto e Bem Estar	7,4
Desporto e Bem Estar PL	3,7
TESP - Int Esp Educativos	6,6
Educação Social	10,3
TESP - Int Soc Comunitária	7,7
TICP/PC	5,6
Comunicação e Media	5,6
TESP - Int Soc Desportiva	7,7
RHCO	6,3
TESP - Prt Adm Com Emp	7,1
TESP - Int Pat Ambiente	4,2
Serviço Social	6,9
Serviço Social PL	7,4

No sentido de aferir sobre compreensão financeira dos alunos, foi feita uma questão sobre investimentos. Das respostas verifica-se que, caso os inquiridos tivessem algum dinheiro para investir, 45, % investiam-no num só negócio, 36,2% em vários negócios. Os restantes 18,3 responderam que não saberiam o que fazer. Tendo em conta a regra básica da gestão de que “não se devem colocar todos os ovos no mesmo cesto”, os resultados obtidos levam-nos a concluir que a grande maioria dos inquiridos tem conhecimentos financeiros escassos, o que os impedirá de tomarem decisões conscientes e financeiramente responsáveis.

Com o objetivo de averiguar sobre a compreensão do conceito inflação, os estudantes foram questionados sobre o impacto da duplicação de preços e de rendimentos pelo período de 10 anos no poder aquisitivo. Como podemos ver no Gráfico 1, 81,7% dos inquiridos responde que iriam conseguir comprar exatamente o mesmo que conseguem comprar na atualidade, 12,7% responde que iria conseguir comprar menos do que na atualidade e 5,6% responde que iria conseguir comprar mais do que consegue comprar na atualidade.

Gráfico 1. Conceito de inflação



Ainda sobre inflação, questionou-se os estudantes sobre “se tivessem de esperar um ano para receber 1000 euros de uma herança e durante esse ano a taxa de inflação for de 2%, na altura de receber a herança poderiam comprar mais, o mesmo ou menos que poderiam comprar na atualidade”. Responderam que poderiam comprar menos que na atualidade 49,2% dos inquiridos, 33,3% responderam que não sabiam, 13,8% responderam que poderiam comprar mais e 3,7% responderam que poderiam comprar o mesmo. Por análise destas duas questões podemos concluir que os estudantes, na sua maioria, revelam ter alguns conhecimentos sobre a inflação e sobre as implicações desta na sua vida.

No que diz respeito à compreensão relativamente a empréstimos, fez-se a seguinte questão: no caso de pedir emprestados 100 euros, qual é o montante mais baixo a devolver: 105 euros ou 100 euros mais 3%? 50% dos inquiridos respondeu corretamente que seria mais vantajoso devolver 100 euros mais 3%, mas 34,9% responderam que não sabia responder à questão, e 15,1% responderam que seria mais vantajoso devolver 105 euros. Verificamos, assim, que cerca de metade dos inquiridos não compreende as implicações dos empréstimos e dos seus juros na sua vida quotidiana, não conseguindo avaliar convenientemente as condições de um empréstimo.

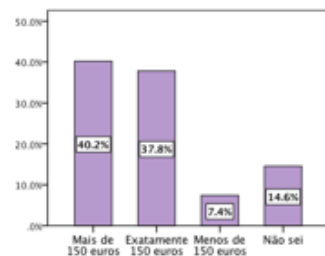
Relativamente a depósitos, fez-se a seguinte questão: se colocarmos o dinheiro no banco por dois anos e o banco concordar em adicionar 15% ao ano ao valor da sua conta, irá o banco adicionar mais dinheiro à sua conta no segundo ano do que o faz no primeiro, ou irá adicionar o mesmo valor nos dois anos? Apenas 49,7% dos inquiridos responde que adiciona mais no segundo ano do que no primeiro, enquanto que 36,5% responde que adiciona exatamente o mesmo nos dois anos, e como podemos ver no Gráfico 2, ainda existem 13,8% dos inquiridos que diz não saber a resposta à questão.

Gráfico 2. Depósitos



Aproximadamente com o mesmo objetivo, mas alterando o contexto de depósitos para juros foi questionado o seguinte: suponha que tem 100 euros numa conta de poupança e o banco adiciona 10% ao ano à sua conta. Quanto dinheiro irá ter na sua conta, após cinco anos, se não retirar o dinheiro dessa conta? A esta questão 40,2% dos estudantes responderam mais de 150 euros, 37,8% responderam exatamente 150 euros, 7,4% responderam menos de 150 euros e ainda 14,6% responderam que não sabiam a resposta à questão, como se pode ver no Gráfico 3.

Gráfico 3. Juros



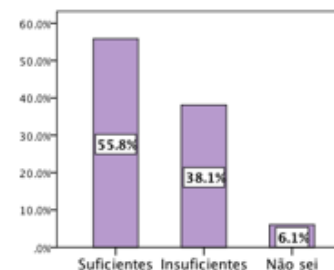
Podemos, assim, concluir que a grande maioria dos inquiridos não compreende a dinâmica dos depósitos e dos juros nestes contextos.

Tentou-se também perceber se os inquiridos conseguiam identificar as principais diferenças entre um cartão de crédito e um cartão de débito. Depois de analisar as respostas podemos concluir que a maioria conhece as diferenças entre um cartão de crédito e um cartão de débito, uma vez que 69,2% sabe que ao usar um cartão de crédito está a contrair um empréstimo, e também porque 78,5% sabe que ao usar o cartão de débito a dinheiro é imediatamente subtraído da conta, e ainda, porque 73,7% sabe que um cartão de débito assume a lógica “compre já, pague já”, um cartão de crédito assume a lógica “compre já, pague depois”.

Depois de avaliar a compreensão financeira dos inquiridos, questionou-se sobre a necessidade de formação na área que percecionam. Perguntou-se como os inquiridos avaliavam os seus conheci-

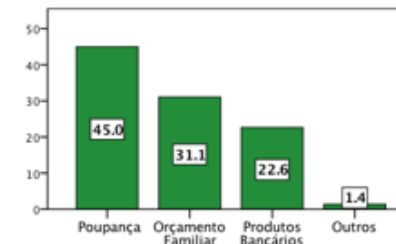
mentos financeiros para o seu quotidiano. Como se pode observar através do Gráfico 4, cerca de 55,8% dos inquiridos classifica os seus conhecimentos como suficientes, 6,1% responde que não sabe avaliar os seus conhecimentos financeiros e 38,1% admite que são insuficientes. Relativamente ao preenchimento do questionário, 64,3% dos estudantes revela que teve dificuldades no seu preenchimento, enquanto que apenas 35,7% afirma que não teve dificuldades no seu preenchimento.

Gráfico 4. Conhecimentos financeiros



Os inquiridos foram também questionados se existiria interesse pessoal em frequentar uma formação sobre educação financeira, e se sim quais os temas que gostaria de ver abordados nessa formação. Aproximadamente 42,7% dos estudantes responderam que não tinham interesse em frequentar uma formação nesta área, enquanto que 57,3% responderam que tinham interesse em obter formação.

Gráfico 5. Áreas de formação



Relativamente ao grupo de estudantes que referiram que tinham interesse em obter formação na área de Educação Financeira, os temas que estes gostariam de ver abordados eram a poupança (45%), o orçamento familiar (31,1%), os produtos bancários (22,6%) e ainda 1,4% responderam outros temas para além dos já referidos, como por exemplo, investimento em ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, os resultados obtidos demonstram que os estudantes universitários não demonstram uma compreensão dos conceitos e fenómenos financeiros de forma ampla e profunda, evidenciando o seu baixo nível de literacia financeira.

Os estudantes inquiridos têm alguns conhecimentos sobre o impacto da inflação nos rendimentos e a grande maioria consegue compreender a diferença entre um cartão de débito e um cartão de crédito. No entanto, muitos deles não conseguem fazer uma correta avaliação das condições de um empréstimo e de um depósito, nem compreender qual a melhor forma de investir o seu dinheiro. A falta de conhecimento e compreensão destes conceitos e fenómenos de uma forma rigorosa podem ter implicações importantes na sua vida futura.

Os resultados demonstram, também, que apesar da grande maioria dos inquiridos ter sentido dificuldades em preencher o questionário, muitos deles consideram que os seus conhecimentos sobre esta temática são suficientes.

É demonstrada, ainda, consciência dos estudantes relativamente às necessidades de formação na área financeira, havendo muitos alunos interessados em frequentar formação na área (em temas como poupança, orçamento familiar, produtos bancários).

Para o futuro, sugere-se a implementação de ações de formação/educação financeira sobre gestão

das finanças pessoais, aplicação de poupanças, elaboração de um orçamento familiar, formas de crédito legais e eficientes para financiamento de projetos pessoais e/ou profissionais.

Sugere-se, ainda, que a Educação Financeira possa ser integrada nas orientações curriculares em meio escolar como temática da educação para a cidadania, bem como nos programas de algumas unidades curriculares dos cursos de licenciatura (e/ou para outros níveis de ensino) ou criando unidades curriculares de Educação Financeira incluídas no plano curricular dos cursos.

Será importante referir que um parco conhecimento matemático dos estudantes poderá também ter influenciado alguns dos resultados obtidos neste estudo, sendo esta uma limitação da investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arthur, Chris (2016). "Financial literacy education as a public pedagogy: consumerizing economic insecurity, ethics and democracy". In *International Handbook of Financial Literacy*. C. Aprea, E. Wuttke, K. Breuer, N.K. Koh, P. Davies, B. Greimel-Fuhrmann, J.S. Lopus (Eds.). Springer. pp.113-125.
- Brønstrup, Tatiéli; Becker, Kalinca (2016). Educação financeira nas escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). *Revista CAMINE: Caminhos da Educação*. Volume. 8, Nº 2, pp. 19-44. Franca.
- Campina, Ana; Teixeira, María (2017). Do direito ou da obrigação à literacia financeira? *Cadernos de Direito Actual*, Nº 5 Extraordinário, pp. 293-302.
- Casagrande, Giulia (2016). The impact of financial literacy on over-indebted Portuguese families. *Universidade Nova de Lisboa. Repositório Científico*. Maio 2016.
- INFE/OECD (2009). Financial education and the crisis: policy paper and guidance. June 2009. <http://www.oecd.org/finance/financial-education/50264221.pdf>, obtido em 19 de março de 2017.
- Kalwij, A.S.; Alessie, Rob; Dinkova, M.; Schonewille, Gea; van der Schors, Anna; van der Werf, Minou (2017). The effects of financial education on financial literacy and savings behavior: Evidence from a controlled field experiment in Dutch primary schools. *U.S.E. Discussion paper series*, Volume 17-05. Issue 05.
- Mandell, Lewis; Klein, Linda (2009). The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. *Volume 20. Issue 1*. pp. 15-24.
- Maté, Domicián; Kiss, Zsuzsanna; Takács, Viktor; e Molnár, Vivien (2016). Measuring financial literacy: a case study of self-assessment among undergraduate students in Hungary. *Annals of the University of Oradea. Economic Science Series*. Volume 25. Issue 1, p. 690-697.
- Lusardi, Annamaria (2015). Financial literacy skills for the 21st century: evidence from PISA. *The Journal of Consumer Affairs*, Volume 49. Número 3. pp. 639-659.
- OECD (2009). *Financial literacy and consumer protection: overlooked aspects of the crisis*. Paris: OECD Publishing.
- OECD (2014). *PISA 2012 results: students and money (Volume VI): financial literacy skills for the 21st century*. PISA, OECD Publishing.